A IMPORTÂNCIA DA FAMILIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PATRÍCIA ARRUDA DO CARMO

RESUMO
Este estudo buscou analisar a importância da relação entre as instituições escolares e familiares, destacando a efetiva contribuição dessa parceria para o desenvolvimento e formação da criança na vida escolar, estendendo às conquistas pessoais e profissionais. Para tanto, a sequência desse trabalho inicia com uma abordagem histórica sobre a criança, as constituída entre as relações de convivência com grupos familiares, escolares e sociais como um todo, capazes de refletir não apenas no contexto familiar, mas escolar também. O desenvolvimento e a aprendizagem da criança ganharam foco no trabalho, abordando o papel da escola na contribuição para atividades que possam ser estendidas de dentro das escolas para o contexto familiar, tratando a necessidade de colaboração entre ambos para que o processo de ensinoaprendizagem seja de qualidade e alcance os objetivos educacionais do estudante. Sendo assim, este estudo objetivou os impactos na participação da família em ambientes escolares. A relevância justifica-se pela necessidade de compreender que a influência familiar no desenvolvimento escolar das crianças está relacionada à preocupação da escola em proporcionar uma aprendizagem completa, com qualidade, A partir de um levantamento bibliográfico, observou-se que ausência do apoio de qualquer uma das partes pode causar dificuldades no desenvolvimento da criança, separando a escola da família, refletindo na aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem; Educação Infantil; Família.

ABSTRACT
This study sought to analyze the importance of the relationship between school and family institutions, highlighting the effective contribution of this partnership to the development and training of children in school life, extending to personal and professional achievements. To this end, the sequence of this work begins with a historical approach to the child, those constituted between coexistence relationships with family, school and social groups, capable of reflecting not only on the family context, but also on the school context. The child's development and learning gained focus at work, addressing the role of the school in contributing to activities that can be extended from within schools to the family context, addressing the need for collaboration between both so that the teaching-learning process is quality and achieve the student's educational objectives. Therefore, this study aimed to impact family participation in school environments. The relevance is justified by the need to understand that family influence on children's academic development is related to the school's concern with providing complete, quality learning. From a bibliographic survey, it was observed that the absence of support from any of the parties can cause difficulties in the child's development, affecting learning.

KEYWORDS: Child Education; Learning; Family.

INTRODUÇÃO

A relação entre família e escola é fundamental para a formação e desenvolvimento da criança, especialmente na fase na infância. A escola caracteriza-se como o espaço onde ocorre a interação entre professores e estudantes, possibilitando o acesso ao conhecimento formal de contexto cultural, fundamental ao processo educativo. Porém, não apenas o ambiente escolar é responsável pela aprendizagem, de modo que a criança conhece referências importantes neste processo (OLIVEIRA, 2011).

Na interação com a família, a criança estabelece e constrói o conhecimento em um espaço de convivência que permite a aprendizagem dos valores éticos e dos significados afetivos. Sendo assim, cabe às instituições de Educação Infantil uma interação com os pais e responsáveis para compreender estes valores e significados, a fim de contextualizar na realidade escolar, em atividades e proposta pedagógicas, oportunizando a

construção de relações de confiança (UNESCO, 2003).

Sendo assim, a dimensão social da escola está além da simples transmissão de conhecimentos, devendo valorizar a cultura acumulada das crianças para que a aprendizagem seja significativa e aconteça de modo a promover a interação da criança, preparando-a para a vida social, familiar e profissional. Ao valorizar as relações afetivas, a escola conquista a confiança da criança, que sente segurança em seus professores para aprender, logo, com a participação das famílias, a criança é levada ao total aproveitamento de suas capacidades, uma vez que suas principais instituições sociais estão agindo coletivamente, haverá significado para os conhecimentos adquiridos na escola, estendidos ao núcleo familiar.

Neste contexto, este estudo objetivou identificar os impactos na participação da família em ambientes escolares, direcionando o desenvolvimento infantil e ampliando as possibilidades de uma formação plena para a criança, com qualidade e benefícios para a vida pessoal, profissional e social.

A relevância da temática justifica-se pela necessidade de compreender que a influência familiar no desenvolvimento escolar das crianças está relacionada à preocupação da escola em proporcionar uma aprendizagem completa, com qualidade, desenvolvimento e formação humana, em todos os aspectos de vida. O interesse pelo tema surgiu para entender como a família contribui para a conquista escolar da criança, intencionando identificar as melhores condições para a qualidade no processo de ensino-aprendizagem.

Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados basearam-se na análise teórica e documental, organizadas a partir de um levantamento bibliográfico. A fundamentação teórica embasou-se nos registros literários reunidos em livros, artigos científicos, teses e dissertações de autores com contribuições relevantes para o tema.

FAMÍLIA EM PARCERIA COM A ESCOLA



Fonte: https://pt.pinterest.com/pin/3799980926736896/

Existe uma importante relação entre as relações familiares com a aprendizagem da criança, sendo necessário o relato ao longo dos tempos para entender a necessidade da parceria entre educação e família, principalmente por meio de uma abordagem histórica a partir do século XII, referenciando a história social da criança e da família, diferente da atual.

O conceito de infância era inexistente durante o período da Idade Média e a relação entre as pessoas estava mais ligada a terra e seu cultivo. Nenhum indivíduo pertencente à família estava livre das obrigações agrícolas e, quando as crianças passavam a andar e compreender os comandos dos adultos, já estavam preparados para seguirem os passos dos pais, cumprindo tarefas de cultivo, realizando atividades diversas, tratados como pequenos adultos, sem espaços para brincar ou divertir-se (ÁRIES, 2006).

Portanto, biologicamente, a criança existiu em todas as fases históricas, mas o conceito de infância, respeitando as idades e etapas de desenvolvimento conhecidas atualmente, foi adquirindo espaço gradativamente ao longo dos séculos. As famílias evitavam o apego afetivo com as crianças devido aos altos índices de mortalidade, comum para a época. Como os pais perdiam seus filhos com frequência, evitavam o relacionamento para não sentirem tanto quando morressem, substituindo aqueles que não resistiam por novas crianças, tratando todos os filhos com indiferença e desapego. A partir do século XVII, os pintores que reproduziam retratos familiares passaram a mudar o ponto de vista voltado às crianças, marcando uma fase diferenciada acerca dos pequenos, ob-

servando a fragilidade infantil, transmitindo nos retratos de crianças uma emoção diferenciada (GADOTTI, 2009).

Atualmente, este fator seria inaceitável pela sociedade, considerando a insensibilidade com a morte de crianças uma causa natural na Idade Média, mas naquela época, as próprias condições de vida humana levavam a morte de pessoas como algo comum, por conta de doenças desconhecidas, sem recursos para descobrir a cura e mesmo a falta de saneamento básico. No século XVIII, estudos passaram a revelar as causas das doenças infantis, diminuindo a taxa de mortalidade, proporcionando às crianças uma vida longa, com a família sendo representada por maiores interesses.

Com a postura das famílias com relação à importância atribuída as crianças mudando apenas após meados do século XVII, a percepção pela infância direcionou os adultos aos cuidados maiores com seus filhos, mas ainda com uma mentalidade agressiva. Neste contexto, os chamados moralistas começam a surgir para mudar o rumo da história humana acerca da infância, direcionando a preocupação com as crianças para as atitudes de costumes, o desenvolvimento psicológico dos pequenos e quanto ao tratamento dado a elas.

Segundo Oliveira (2011) os registros históricos da época apontam o pensamento moralista voltado à realidade de que apenas conhecendo as crianças os adultos seriam capazes de educá-las da melhor maneira possível, a fim de torná-las bons cidadãos.

Deste modo, as crianças começaram a adquirir uma centralidade nas relações familiares, devido às novas preocupações com os filhos quanto a saúde, bem-estar, higiene, diversão e momentos alegres. As famílias e a sociedade direcionam um olhar mais digno às crianças, não pensando apenas no futuro cidadão, mas a simples existência já era alvo de discussões.

Neste contexto, como a educação faz parte da vida humana desde o início das civilizações, na Idade Moderna, as escolas iniciaram um processo de desenvolvimento de novas reflexões acerca do funcionamento das instituições, bem como o públicoalvo a que iriam dirigir-se, surgindo a preocupação com as grades curriculares, as disciplinas ensinadas, as etapas da educação separadas por idade e a organização dos sistemas educacionais.

A escola, como espaço de desenvolvimento e socialização humana, devendo assumir uma postura reflexiva, que pense continuamente e reorganize as funções sociais da educação, objetivando o oferecimento de espaços formativos que levam o aluno a adquirir atitudes e capacidades para viver, interagir e intervir na sociedade, convivendo e respeitando os demais sujeitos. Sendo assim, muitas alterações ocorreram ao longo dos séculos, influenciando o percurso e o foco da educação brasileira, transformando a transmissão de conhecimentos em entendimento social, política, econômica e cultural, promovendo a interação do sujeito com o meio que está inserido.

A sociedade, de uma maneira generalizada, passou a reconhecer a necessidade do respeito à criança nos cuidados iniciais, com alimentação, higiene, proteção, saúde, afetividade, entre outros aspectos, relacionados à sobrevivência da criança. Porém, estes aspectos adquiriam relevância após muitos fatores históricos e sociais que marcaram a realidade brasileira, criados para garantir o respeito aos direitos infantis, como a Constituição Federal Brasileira de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de assegurar às crianças respeito, cuidado e segurança (PILETTI, 2004).

Filho (2015) afirma que a criança não depende apenas de garantias quanto a suas necessidades básicas, como saúde, alimentação e higiene, para se desenvolver. A infância prepara o sujeito para transformação em um adulto responsável e crítico, cabendo à criança uma definição de pessoas com unidades genéticas, históricas e sociais humanas, que possui realidades pessoais, construídas individualmente, ou dependendo da relação com adultos, levando à evolução das bases biológicas, determinadas pelo histórico da criança, não devido às circunstâncias.

Neste contexto, as ações e atitudes familiares podem refletir negativamente no desenvolvimento da criança, chegando à formação de um adulto com dificuldades de relacionar-se ou com desvio de caráter e personalidade. Um cidadão com tal formação acaba gerado reflexos na sociedade que

depende da evolução humana para conquistar seu espaço na história. Uma família que briga constantemente na frente dos filhos, por exemplo, pode levar ao crescimento de uma criança com instabilidade de amizades, futuramente com dificuldades em casar-se e constituir uma família, pois suas referências são negativas quanto ao contexto familiar.

A família é essencial para a construção da personalidade, do caráter e dos valores da criança, imprescindível para a formação de um cidadão comprometido e responsável. Sendo o primeiro contato com a criança, a família influencia a construção do sujeito, torna-se o ponto de partida para a educação formal e informal infantil, além de proteger e mediar as relações sociais que permitem o bem-estar da criança.

De acordo com Souza (2009), a família é imprescindível para o desenvolvimento da criança, de modo que os papeis assumidos pela criança são influenciados pela vivência familiar, recriando o cotidiano da criança, permitindo que ocorra uma percepção sobre si mesma por meio dos modelos estruturados dentro de seu lar, apontando comportamentos psicológicos, sociais e pedagógicos que a criança deve seguir, assim como fazendo a relação daquilo que não é favorável à sua existência.

Portanto, a criança é direcionada a estabelecer vínculos com a família que proporcionam a socialização com o meio, levando a interpretação e interação que permeia o processo de desenvolvimento. As capacidades críticas e reflexivas das crianças começam a surgir também no ambiente familiar, proporcionando uma participação mais ativa na sociedade.

Assim como a família, o ambiente social frequentado pela criança permite que seu desenvolvimento ocorra, promovendo evolução psicológica, afetando nas mudanças de personalidade e crenças, transformadas ao longo do tempo. Sendo assim, a aprendizagem escolar não pode ser caracterizada como a única responsável pelos avanços da criança, cabendo à família uma mediação entre a apropriação do conhecimento infantil e o meio real que a criança está inserida.

A EDUCAÇÃO NA ESCOLA



Fonte: https://escolaweb.educacao.al.gov.br/odas/relacao-familia-e-escola

A constituição social e cultural de todo o sujeito depende das relações estabelecidas com outras pessoas ao longo da humanidade, inclusive durante a realidade acadêmica vivida nas escolas. Tanto os pais quanto os professores são responsáveis por esta interação social de modo que ocorra a participação e cooperação entre as famílias e a escola, sem que ocorra a transferência dos compromissos de ambos envolvidos na instrução das crianças, ressaltando a importância do diálogo da família com a criança, da escola com a criança e da escola com a família, proporcionando aprendizagem e identidade dos pequenos sujeitos.

Sendo assim, a relação entre a escola e os responsáveis pelos estudantes está além do contato institucional, devendo prevalecer as interações continuamente, cabendo à família o papel de auxiliadora da dinâmica escolar que intenciona o desenvolvimento e a formação da criança.

Segundo Araújo (2010), deve existir uma parceria entre a família e a escola a fim de que o processo de ensino e de aprendizagem seja alcançado positivamente, funcionando dentro das exigências educacionais. O ambiente escolar precisa abrir espaço para a participação das crianças e dos pais ou responsáveis, convidando-os com propósitos educativos, apontando as necessidades da parceria entre a escola e a família para que o desenvolvimento infantil seja uma ação efetivamente contribuinte para o aluno.

Ao entender o processo de ensino e de aprendizagem trata-se de uma propriedade que, para ser construída, depende da articulação entre o saber pessoal e a relação com o meio, a família torna-se a conexão mais intima para que a criança consiga aprender. A família é a matriz da aprendizagem huma-

na, pois representa as práticas culturais e os valores significativos, transformados em modelos para a construção da identidade e personalidade do sujeito, de maneira individual e coletiva, com interações sociais.
Segundo Dessen, quanto a importância da relação entre a família e a escola:

O que ambas as instituições tem em comum é o fato de prepararem os membros jovens para sua inserção futura na sociedade e para o desempenho de funções que possibilitem a continuidade da vida social. Ambas desempenham um papel importante na formação do indivíduo e do futuro cidadão (DESSEN, 2007, p.98).

Portanto, as instituições familiares e escolares são primordiais para que ocorra o desenvolvimento do processo de aprendizagem nas crianças, sendo fundamental que as duas objetivem a educação e as capacidades de aperfeiçoamento da criança. Sendo assim, as famílias e a escola precisam compartilhar experiências vivenciadas com os estudantes de modo a contribuir para o alcance de resultados efetivamente positivos no que tange a formação e desenvolvimento do sujeito.
O ambiente escolar é o responsável pelo estímulo dos processos internos e externos do desenvolvimento humano, caracterizando-se como lugar privilegiado para o desenvolvimento da aprendizagem devido ao contato cultural realizado de maneira sistemática, intencional e planejada. O desenvolvimento, que para ocorrer depende das provocações pelo meio, é acelerado dentro das escolas quando professes e estudantes mediam a cultura conjuntamente, avançando nas formas da criança em desenvolver suas habilidades, competências e capacidades.
Quanto à família, sua responsabilidade está no cuidado com a criança de modo a promover situações de conforto que levem ao desenvolvimento infantil, daqueles inseridos no processo educativo, construindo experiências que vão permitir a evolução da criança diante de situações variadas em sua realidade social, pessoal e, futuramente, profissional. Apesar de não ser um conhecimento sistematizado, como ocorre nas escolas, a família resulta na aprendizagem social, transmitida por gerações, com caráter educativo a fim de promover saberes, hábitos e conhecimentos que garantam a sobrevivência da criança, bem como sua aquisição e fixação para assimilar aquilo que lhe foi ensinado.
A articulação existente entre desenvolvimento e aprendizagem valoriza a relação da criança que apende de forma contextualizada, abordando a dependência entre a aprendizagem e o desenvolvimento. Sendo assim, todo o aprendizado mediado, exige a presença e o contato com o outro para que ocorra de maneira eficaz, levando à criança a apropriação da cultura. As atividades externas realizadas pelo sujeito possibilitam o desenvolvimento de funções de todas as ordens humanas, abrangendo seu aprimoramento interior.
De acordo com Jacobi (2008), a família exerce uma função fundamental para o desenvolvimento e a aprendizagem humana, anteriormente ao ingresso da criança à vida escolar. Quando chegam às escolas, as crianças já possuem um histórico iniciado, mas nunca finalizado, que depende da mediação pedagógica para enriquecer suas experiências, saberes e conhecimentos. A valorização daquilo que a criança apresenta como sua "bagagem" é imprescindível para que professores e estudantes comecem um relacionamento construtivo, capaz de apontar as preferências, os medos e as satisfações das crianças, desde o primeiro contato com a vida escolar.
Neste contexto, a criança é responsável por protagonizar sua própria aprendizagem, alcançando os resultados previamente propostos para o desenvolvimento de todos os aspectos humanos, ao interagir com o meio que está inserido. Logo, a criança exerce um papel fundamental no conhecimento, sendo agente participativo e ativo do processo de ensino-aprendizagem.
À família, cabe impulsionar as manifestações iniciais de aprendizagem na criança, apesar de não haver sistematização no processo. Tais manifestações são indispensáveis para a formação infantil, pois nesse momento as experiências educativas, sociais e históricas marcam presença na vida da criança.
Além da do contexto familiar, a criança está aberta às experiências do meio social, am-

pliando seu conhecimento e desenvolvimento, estendendo à escola as responsabilidades educacionais de aprendizagem que potencializam as habilidades e as competências da criança (UNESCO, 2003).

Portanto, a escola é responsável pelas ações pedagógicas e sociais, que aprimoram saberes acumulado e proporcionam a construção de novos saberes, enriquecendo a história cultural da criança com o desenvolvimento de capacidades, cada vez mais enriquecida pelo meio social a qual pertence o sujeito, qualificando para uma futura inserção no mercado de trabalho, para as realizações pessoais de sua vida, assim como para a prática cidadã consciente.

A construção do conhecimento deixa de ser uma realização individual para tornar-se um processo de construção coletiva, realizada por meio da interação de um sujeito com o outro. Dentro das escolas, esses sujeitos são os professores, estudantes e colegas, levando a criança a associar o processo de educação à aprendizagem, que contribui significativamente para a prática pedagógica, o respeito e o relacionamento entre professores e estudantes.

Vygotsky (1989 apud POLYDORO E AZZI, 2009) aponta a aprendizagem como fundamental para o desenvolvimento do conhecimento, sendo todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem, autores do ato de ensinar e aprender, ou seja, o estudante frequenta a escola para aprimorar seus saberes e aprender, mas o professor que assume o papel de mediador do processo de aprendizagem também aprende com as experiências de cada estudante.

Os espaços escolares não se resumem aos professores, tampouco pertencem exclusivamente aos docentes ou à gestão da escola, mas é um espaço da comunidade, que deve servir às necessidades do grupo como um todo. Essa assertiva é necessária para que alterações na relação entre escola e família surjam, estruturando atividades específicas às idades dos estudantes nas escolas, acompanhadas e aprimoradas pelos pais em casa, uma vez que a educação seja pertinente a todos os cidadãos.

Dessen (2007) afirma para a necessidade da participação dos pais nas reuniões, em conselhos de classe e escola, na tomada de decisões quanto a aprendizagem e os caminhos escolhidos pelo sistema educacional, assim como participar das tarefas escolares das crianças dentro da escola, contribuir espontaneamente para auxiliar nas dificuldades educacionais de todos os aspectos.

Sendo assim, cada atitude familiar é importante para iniciar as transformações na educação, mas não suficientes, cabendo à comunidade escolar buscar a solução para problemas educacionais conjuntamente, em harmonia e cooperação, dividindo as responsabilidades de modo a buscar a formação e o desenvolvimento do estudante.

A escola precisa atentar-se para a abertura de canais que promovam a participação das famílias nas escolas, retomando a valorização das opiniões da comunidade, buscando ações que alterem a realidade no ambiente escolar de maneira coletiva. As parcerias mais eficazes entre famílias e escola não podem estar embasadas em cobranças e exigências, por vezes impossíveis de serem atendidas, devido às condições precárias e desestruturadas das famílias.

A construção de uma escola com acesso de toda a comunidade permite à família sentir-se segura para opinar e auxiliar no sistema educacional, beneficiando a sociedade como um todo, com as crianças desenvolvendo sua personalidade de maneira consciente, formando cidadãos de caráter, comprometidos com a promoção de mudanças na realidade a sua volta.

A escola, portanto, deve aderir ao discurso e à postura que condizem com sua prática, não resumindo a proposta e as intenções escolares em documentos que não refletem a realidade na gestão e na parte pedagógica escolar, assumindo a conduta democrática que propõe a abertura, de fato, de espaços para que a comunidade interaja em todos os aspectos educacionais que estão além da presença em reuniões com professores, mas na participação da construção do Projeto Político Pedagógico e do Conselho de Classe, objetivando intervir nas tomadas de decisões sobre o futuro escolar dos estudantes.

A importância que caracteriza a escola atualmente está relacionada a construção da cidadania, a fim de que a prática educativa seja entendida como uma necessidade, faz-se necessário que ela ocorra por meio de

projetos preestabelecidos, caracterizando a escola como o local que institucionaliza a educação por meio de projetos, que significa intencionar algo, planejar atividades e estratégias para mudar a realidade.

Sendo assim, o projeto efetivamente voltado às melhorias educacionais e à qualidade de ensino precisa ser construído por toda a comunidade envolvida no processo de ensino e de aprendizagem, em todas as etapas da elaboração. A construção e realização do projeto político pedagógico de uma escola aproximam educadores da gestão escolar, assim como da realidade da criança, por meio do envolvimento com as famílias que devem exigir a participação em tal projeto nas escolas.

Um projeto construído em conjunto permite que os objetivos sejam atingidos e as transformações alcançadas ao longo da vida acadêmica dos estudantes, buscando alternativas que intenciona alternativas para problemas encontrados, assim como garantir a vivência democrática entre pais, professores, alunos, coordenadores, funcionários, diretores e todos os participantes da mudança da realidade escolar.

O trabalho coletivo dentro das instituições de ensino, que conta com um bom relacionamento entre famílias e escolas, é um processo que exige conscientização e transformação do meio, enfrentando dificuldades por todos os lados, ou seja, desde a aceitação da gestão e dos professores em considerar palpites dos familiares, assim como da vontade dos pais em estar presente nas escolas quando solicitado ou espontaneamente.

Esse trabalho coletivo inicia-se pelos professores que assumem a reponsabilidade de sua importância no processo de ensino e de aprendizagem, buscando a superação das dificuldades educacionais e pedagógicas. Assim também acontece com os estudantes e os pais que participam do processo e questionam as decisões, desafiando o sistema educacional (JACOBI, 2008).

Portanto, a educação colaborativa leva o sujeito a aderir práticas sociais, responsáveis e conscientes de sua importância para mudanças na realidade, cabendo à interação entre as famílias e a escola para que o processo de ensino e de aprendizagem seja alcançado eficazmente, objetivando a qualidade educacional. O apoio dos pais na escola e a manutenção do núcleo familiar são fatores indispensáveis ao desenvolvimento educacional da criança. As famílias podem colaborar constantemente com a escola, por meio da participação em decisões que alteram o curso educacional do processo de ensino e de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisas bibliográficas com levantamento bibliográfico, este estudo buscou identificar a importância da família na realidade escolar das crianças. Ao promover estudos sobre o tema, a intenção foi direcionar caminhos que auxiliem na interação entre família, escola e alunos, buscando relações entre as instituições mais importantes da criança.

A partir da análise sobre a história das famílias e da estrutura familiar ao longo dos séculos, identificou-se que os núcleos familiares sofreram muitas mudanças no âmbito constitucional e social. Assim também ocorreu com as famílias e as relações entre as pessoas, de uma maneira geral, que atravessaram alterações, pois nem sempre existiu a valorização do amor, carinho, afetividade ou respeito entre os integrantes da família.

A criança nem sempre teve sua infância valorizada, sendo respeitada como na atualidade. Os cuidados com saúde, alimentação, amor e sobrevivência, essenciais à formação e ao desenvolvimento infantil, surgiram após a transformação social que alterou o perfil da criança, tratada como adulto em miniatura, para um membro familiar. As crianças eram substituídas conforme faleciam, levando as famílias ao desapego com os filhos, sem tratamentos especiais, direcionados à necessidade da criança. Após mudanças sociais e políticas, compreendeu-se que a participação das famílias no acompanhamento escolar das crianças é imprescindível para que o processo de ensino e de aprendizagem tenha sequência e significado para os estudantes, pois quando a educação for direcionada apenas nas escolas, a criança vai entender que frequenta as instituições para estudar e, ao sair, tudo acaba desconectado de sua realidade. Da mesma forma, quando a escola não apresenta sua preocupação com as relações afetivas da criança, os espaços escolares ficam caracterizados como ex-

clusivos para aprendizagem maçante, sem que haja diversão ou satisfação na prática educativa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. B. M. Família e Escola: parceria necessária na educação infantil. 2010. 20 f. Artigo (Especialização em Educação Infantil) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010.

ARIÉS. P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

DESSEN, M. A. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Editora Paidéia: Ribeirão Preto, 2007.

FILHO, L. M. F. Estado, cultura e escolarização no século XIX. In: Vidal, D.G. A memória e a sombra. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

GADOTTI, M. D. História das crianças no Brasil. 14ª ed. Editora Contexto: São Paulo, 2009.

JACOBI, P. R. Estado e educação: o desafio de ampliar a cidadania. Revista Educar, n.31, 2008.

OLIVEIRA, Z. M. R. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2011.

PILETTI, N. Sociologia da Educação. São Paulo: Ática, 2004.

POLYDORO, S. S. J.; AZZI, R. G. Autorregulação da aprendizagem na perspectiva da teoria sociocognitiva: introduzindo modelos de investigação e intervenção. Psicol. Educ., São Paulo, n. 29, dez. 2009.

SOUZA, M. E. P. Família/Escola: a importância dessa relação no desenvolvimento escolar. 2009. 25 f. Artigo (Programa de Desenvolvimento Educacional) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Santo Antônio da Platina, PR, 2009.

UNESCO. Fontes Para a Educação Infantil Brasília: UNESCO; São Paulo: Cortez; São Paulo: Orsa, 2003.